

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Geraldo Magela/Agência Senado



Pimenta(e) reclama com Viana(d), presidente da CPMI

Oposição comemora: nome de Lulinha entrou na roda

A oposição comemora muito a confusão criada pela votação que resultou na quebra do sigilo bancário e fiscal de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na avaliação de bolsonaristas, mesmo que a decisão venha a ser mudada — os petistas alegam fraude na votação —, a reação dos governistas demonstraria o temor de que sejam descobertas irregularidades capazes de comprometer o filho do presidente.

A oposição não procurou defender uma legitimidade da votação, a alegar correção na contagem dos votos; passou a explorar: busca insitir no mote de quem não deve, não teme.

Protesto

Ainda ontem, horas depois da confusão, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) solicitou ao presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), a anulação da votação dos requerimentos que incluíam a quebra do sigilo de Lulinha.

Pimenta chegou a ler a relação dos parlamentares que participaram da votação simbólica — contra e favor — e insistiu que Viana havia errado ao fazer a contagem.

Geraldo Magela/Agência Senado



Correia (direita, de costas) agradece Lima

'Histerismo'

Viana negou o pedido de Pimenta e afirmou que o caráter simbólico da votação dos requerimentos — entre eles, o que tratava de Lulinha — impedia uma contagem detalhada. Alegou que questões regimentais para justificar sua decisão anterior para atender ao pedido de verificação da votação.

Assim como outros adversários do governo, o líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), evitou detalhar a votação, e falou em "crise de histerismo" por parte de governistas.

Armadilha e agressão

Após toda a confusão, governistas avaliavam que tinham caído numa armadilha da oposição, que, com ajuda de Viana, encaminhou os trabalhos para impor uma derrota ao Planalto. Para piorar, o deputado Rogério Correia (PT-MG) teve que admitir que, na confusão, agredira o colega Luiz Lima (Novo-RJ). O petista pediu desculpas e disse que o gesto não fora intencional.

Mendonça

Governistas têm a expectativa de que conseguirão anular a votação, mas sabem que o estrago em torno de Lulinha foi feito. A decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, de, a pedido da Polícia Federal, quebrar o sigilo do filho do presidente complica ainda mais o caso.

Rebelião

Um atento observador do Congresso avalia que a rasteira tomada pelos governistas na CPMI aparenta estar ligada a questões mais amplas. Seria uma manifestação de rebeldia a relação a investigações da PF relacionadas ao Banco Master e a fraudes da aplicação de verbas de emendas parlamentares.

Álibi

O pedido de quebra de sigilo de Lulinha feito pela PF dá ao governo, porém, a possibilidade de alegar que não tem como controlar as investigações feita pela corporação. Se tivesse, o filho do presidente seria preservador. O problema é fazer o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), acreditar nisso.

Igreja de Viana

Pimenta e Correia, os dois petistas que protagonizaram o embate na CPMI, puxaram um outro fio para tentar explicar a atitude de Carlos Viana — evangélico, ele é ligado à Igreja Lagoinha, do pastor Carlos Valadão, que até o ano passado era dona do hoje existo Clava Forte Bank. A instituição teria sido usada para lavar dinheiro do Master.

O doador

De acordo com petistas, parte do dinheiro teria sido obtido com fraudes na obtenção de consignados do INSS. A fraude passaria por Fabiano Zettel, cunhado do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, advogado e pastor da Lagoinha. Ele foi o maior doador das campanhas de Jair Bolsonaro e Tarcísio de Freitas em 2022.

Obstáculos

Para o Planalto, a dificuldade de diálogo com Alcolumbre, a derrota de ontem na CPMI e o crescimento de Flávio Bolsonaro detectado pela pesquisa AtlasIntel indicam que os próximos meses serão bem complicados. Conquistar apoios para Lula fora da esquerda vai dar mais trabalho, e vai sair mais caro.



Com adiamento, seguem valendo liminares de Dino e Gilmar

STF adia julgamento sobre verbas acima do teto

Decisão sobre penduricalhos fica para o dia 25 de março

Por Gabriela Gallo

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou para o dia 25 de março o julgamento para discutir uma liminar que determina a suspensão do pagamento dos chamados "penduricalhos", que são verbas indenizatórias que, na prática, aumentam salários e permitem a ultrapassagem do teto remuneratório previsto na Constituição (atualmente em R\$ 46,3 mil). O plenário da Suprema Corte começou a julgar o tópico na quarta-feira (25) e, inicialmente, estava previsto para definir a liminar do fim dos penduricalhos, originária do ministro Flávio Dino, na quinta-feira (26).

Contudo, na sessão, o presidente do STF, Edson Fachin, confirmou o adiamento do julgamento para maior análise do tema. Segundo o ministro, a nova data permite que o "plenário se debruce de maneira mais uniforme e ainda mais ampliada sobre um problema cuja solução é inadiável e que traz à colação deveres como responsabilidade fiscal e racionalização de gastos".

Nesse meio tempo, continuam válidas as decisões dos ministros Flávio Dino e Gilmar Mendes na suspensão desses pagamentos extras. Além disso, nesta quinta-feira Gilmar Mendes publicou uma nova decisão que ajusta para 45 dias, contados de terça-feira (23), o prazo para que

sejam suspensos os pagamentos instituídos por decisões administrativas ou por atos normativos secundários. Ele ainda reforçou que estão vetadas qualquer tentativa de antecipação ou ampliação de pagamentos.

"Somente poderão ser pagos valores retroativos reconhecidos administrativamente que já se encontravam regularmente programados para o período correspondente, em estrita observância ao cronograma previamente estabelecido e às disponibilidades orçamentárias já consignadas. Dito de forma clara: não se autoriza, portanto, a reprogramação financeira com objetivo de concentrar, acelerar ou ampliar desembolsos, tampouco a inclusão de novas parcelas ou de beneficiários não contemplados no planejamento original", destaca a manifestação do ministro, que reiterou que qualquer tentativa de burlar a medida, será responsabilizada administrativamente e no âmbito penal.

No dia 5 de fevereiro, Dino publicou uma liminar que determina a suspensão do pagamento de penduricalhos para os Três Poderes. Esses pagamentos variam desde auxílio-locomotoção e auxílio-gasolina, gratificações por acúmulo de funções, gratificações acesso processual, licença compensatória de um dia por cada três dias trabalhados e até "auxílio-panetone" e "auxílio-peru" na época de Natal.